

Integral Access
Distribuidora de
Títulos e Valores
Mobiliários Ltda.

**Demonstrações financeiras em 31
de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	10
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Cotistas e aos Administradores da
Integral Access Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Integral Access Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Distribuidora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Integral Access Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Distribuidora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Distribuidora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora .
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Distribuidora.. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6



Rodrigo Cruz Bassi

Contador CRC 1SP261156/O-7

Integral Access Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>		Nota	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativo				Passivo			
Disponibilidades	4	6	-	Outras obrigações		31	6
				Obrigações fiscais		18	-
Instrumentos financeiros		3.178	4.000	Outros passivos	8	13	6
Títulos e valores mobiliários	5	3.178	4.000				
Rendas a receber		147	-	Patrimônio líquido	9	3.751	3.994
Distribuição de fundos	6	147	-	Capital social		4.000	4.000
Outros valores e bens		431	-	Prejuízos acumulados		(249)	(6)
Despesas antecipadas	7	431	-				
Permante		20	-				
Imobilizado de uso		20	-				
TOTAL DO ATIVO		<u>3.782</u>	<u>4.000</u>	TOTAL DO PASSIVO		<u>3.782</u>	<u>4.000</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Integral Access Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Demonstração dos resultados

Semestre findo em 31 de dezembro de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	<u>2º semestre 2020</u>	<u>Exercício 2020</u>	<u>Exercício 2019</u>
Resultado bruto na intermediação financeira		35	239	-
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	10	35	239	-
Outras receitas e despesas operacionais	11	(317)	(469)	(6)
Receita com prestação de serviços		147	147	-
Serviços prestados por terceiros		(208)	(310)	(6)
Despesas com ocupação		(154)	(154)	-
Despesas tributárias		(15)	(15)	-
Despesas gerais e administrativas		(1)	(5)	-
Outras despesas operacionais		(1)	(1)	-
Despesas financeiras		(85)	(131)	-
Resultado antes de tributos		(282)	(230)	(6)
Imposto de renda e contribuição social		(1)	(13)	-
Imposto de renda e contribuição social corrente		(1)	(13)	-
Prejuízo do semestre/exercício		(283)	(243)	(6)
Prejuízo por cota		(0,07)	(0,06)	(0,002)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Integral Access Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Demonstração do resultado abrangente

Semestre findo em 31 de dezembro de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	<u>2º semestre 2020</u>	<u>Exercício 2020</u>	<u>Exercício 2019</u>
Prejuízo líquido	(283)	(243)	(6)
Outros resultados abrangentes do semestre	-	-	
Resultado abrangente	<u>(283)</u>	<u>(243)</u>	<u>(6)</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Integral Access Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

	Capital social		Prejuízos acumulados	Total
	Subscrito	à integralizar		
Constituição empresarial em 24 de setembro de 2019	4.000	(4.000)	-	-
Integralização de capital	-	4.000		4.000
Prejuízo do exercício	-	-	(6)	(6)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	4.000	-	(6)	3.994
Prejuízo exercício 2020	-	-	(243)	(243)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	4.000	-	(249)	3.751
Saldos em 30 de junho de 2020	4.000	-	34	4.034
Prejuízo 2º semestre 2020	-	-	(283)	(283)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	4.000	-	(249)	3.751

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Integral Access Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Semestre findo em 31 de dezembro de 2020 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	<u>2º semestre 2020</u>	<u>Exercicio 2020</u>	<u>Exercicio 2019</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo líquido ajustado		<u>(283)</u>	<u>(243)</u>	<u>(6)</u>
Variações patrimoniais				
Instrumentos financeiros		231	822	-
Rendas a receber		(147)	(147)	-
Despesas pagas antecipadamente		169	(431)	-
Obrigações fiscais		14	18	-
Outros passivos		(25)	7	6
Disponibilidades líquidas provenientes (aplicadas) das atividades operacionais		<u>(42)</u>	<u>26</u>	<u>-</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de ativo imobilizado		<u>-</u>	<u>(20)</u>	<u>-</u>
Disponibilidades líquidas (aplicadas) nas atividades de investimentos		<u>-</u>	<u>(20)</u>	<u>-</u>
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		<u>(42)</u>	<u>6</u>	<u>-</u>
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício		48	-	-
No fim do exercício		<u>6</u>	<u>6</u>	<u>-</u>
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		<u>(42)</u>	<u>6</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais, exceto o valor nominal por quota)

1 Contexto operacional

A empresa Integral Access Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Distribuidora"), sociedade por cotas de responsabilidade limitada, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 3º andar, CEP 01.452-001, bairro Jardim Paulistano, Cidade de São Paulo/SP, tem como objeto social a prática de operações inerentes às distribuidoras de títulos e valores mobiliários de acordo com a regulamentação emitida pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM nas suas respectivas áreas de competência.

A Distribuidora foi constituída em 24 de setembro de 2019. A autorização de funcionamento da Distribuidora pelo Banco Central ocorreu em 26 de novembro de 2019.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Distribuidora foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, considerando a partir do exercício de 2008 as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, o Novo Código Civil Brasileiro, no que trata sobre sociedades limitadas, e normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, e são apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e suas interpretações, aplicáveis às instituições financeiras, foram aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN:

CPC	Tema	Resolução CMN
00 - R1	Pronunciamento Conceitual Básico	4.144/12
01 - R1	Redução ao valor recuperável de Ativos	3.566/08
02 - R2	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras	4.524/16
03 - R2	Demonstração dos Fluxos de Caixa	3.604/08
04 - R1	Ativo Intangível	4.534/16
05 - R1	Divulgação sobre Partes Relacionadas	3.750/09
10 - R1	Pagamento Baseado em Ações	3.989/11
23	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	4.007/11
24	Evento Subsequente	3.973/11
25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	3.823/09
27	Ativo Imobilizado	4.535/16
33 - R1	Benefícios a Empregados	4.424/15

A autorização para conclusão e emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela diretoria da Distribuidora em 29/03/2021.

Mudanças na apresentação das demonstrações financeiras

Com base na Resolução CMN nº 4.818 e na Resolução BCB nº 2, respectivamente, a Resolução CMN nº 4.720 e na Circular BACEN nº 3.959, a Distribuidora realizou mudanças na apresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 atendendo aos requerimentos das respectivas normas, onde destacamos as principais mudanças:

Balanço patrimonial

- Apresentação dos ativos e passivos exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade;
- Adoção de nova nomenclatura e grupamento de itens patrimoniais, tais como: instrumentos financeiros, obrigações fiscais diferidas e outros passivos.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Distribuidora.

b. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações em operações compromissadas – posição bancada e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor de mercado.

c. Títulos e valores mobiliários

São registrados pelo custo de aquisição e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular BACEN nº 3.068, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração nas categorias de: “Títulos para negociação”, relativo a títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo classificados no circulante e ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período, “Títulos disponíveis para venda”, que não se enquadram como para negociação nem como para mantidos até o vencimento, são ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários e “Títulos mantidos até o vencimento”, os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

d. Rendas a receber

São registrados pelo valor a receber relativo a emissão de faturas de prestação de serviços efetuados pela Distribuidora.

e. Outros valores e bens

Outros valores e bens é composto pelas despesas antecipadas que representam os pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o regime de competência.

f. Outras obrigações

Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridos.

g. Apuração de resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

h. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal, à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 20 no mês ou R\$ 240 no exercício (R\$ 120 no semestre).

A alíquota atual da Contribuição Social, é de 15% conforme legislação vigente.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na sua compensação, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

i. Lucro por cota

É calculado com base no valor do lucro líquido do exercício ou semestre, dividido pela quantidade de cotas em circulação nas datas dos balanços.

j. Permanente

Imobilizado de uso: corresponde aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Distribuidora ou exercidos com essa finalidade. Em atendimento a Resolução CMN nº 4.535, os novos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil e econômica dos bens.

k. Resultado não recorrente

A Resolução BCB nº 2, em seu art.34 estabelece que as instituições financeiras devem evidenciar a apresentação dos resultados recorrentes e não recorrentes de forma segregada. O resultado não recorrente é o resultado que:

Não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e

Não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na nota explicativa 17.

6 Rendas a receber

As rendas a receber são relativos a serviço de distribuição de títulos e valores mobiliários efetuados e estão assim apresentados em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Rendas a receber		
Distribuição de TVM	147	-
	<u>147</u>	<u>-</u>

7 Outros valores e bens – Despesas antecipadas

A Companhia divide o espaço físico com outras duas empresas do grupo. Devido a esta divisão de espaço as empresas firmaram um contrato de compartilhamento de despesas definindo assim uma métrica das áreas comuns que são utilizadas para cada CNPJ.

A Integral Investimentos Ltda, empresa que suporta mensalmente as despesas comuns recebeu da Integral Access Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários o montante de R\$ 600 para suportar despesas de aluguel, condomínio e IPTU relativo a 22 meses de utilização do espaço, contados à partir de 01 de julho de 2020.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Outros valores e bens		
Despesas antecipadas	431	-
Despesas antecipadas – Curto prazo	339	-
Despesas antecipadas - Longo prazo	92	-

8 Outros passivos

Os outros passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão assim representados:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Outros créditos		
Serviços técnicos especializados	4	6
Material de informática e processamento	9	-
	<u>13</u>	<u>6</u>

9 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2020 está composto por R\$ 4.000, representado por 4.000.000 de cotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, sem alteração realizada no período.

10 Resultado com títulos e valores mobiliários

A Distribuidora auferiu as seguintes receitas com títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

	2º semestre		
	2020	2020	2019
Receitas com títulos e valores mobiliários	51	265	-
(-) Impostos sobre títulos e valores mobiliários	(17)	(27)	-
	35	239	-

11 Outras receitas e despesas operacionais

	2º semestre		
	2020	2020	2019
Receitas com prestação de serviços	147	147	-
Serviços prestados por terceiros	(208)	(310)	(6)
Despesas com ocupação	(154)	(154)	-
Despesas tributárias	(15)	(15)	-
Despesas gerais e administrativas	(1)	(5)	-
Outras despesas operacionais	(1)	(1)	-
Despesas financeiras	(85)	(131)	-
	(317)	(469)	(6)

12 Instrumentos financeiros derivativos

A Distribuidora não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

13 Transações com partes relacionadas

A Distribuidora realizou a transação com parte relacionada divulgado no nota explicativa nº 7.

14 Gerenciamento de riscos

O nível de risco aceitável na condução dos negócios é definido pela Alta Administração da Empresa e foi desenvolvida considerando a natureza das operações, a complexidade dos serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a riscos.

a. Risco de mercado

A estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos da Distribuidora possui procedimentos para identificação dos riscos de mercado que levam em consideração a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação; e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

Os riscos de mercado estão relacionados a prejuízos potenciais decorrentes de mudanças em fatores de risco como taxas de juros e de câmbio, índices e preços. A Distribuidora faz a gestão desses riscos buscando otimizar a relação risco-retorno através de modelos internos e uso de ferramentas de gestão baseadas nas melhores práticas adotadas pelo mercado. Além disso, emprega-se uma política conservadora na administração das exposições a riscos de mercado, supervisionando e controlando de forma independente. O gerenciamento de risco de mercado é efetuado de forma centralizada, por área administrativa que mantém independência com relação à mesa de operações. A Distribuidora encontra-se apta a atender às exigências da Resolução CMN nº 4.557/17, que trata da estrutura de gerenciamento dos riscos e a estrutura de gerenciamento de capital.

b. Risco de liquidez

A estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos da Distribuidora possui procedimentos para identificação dos riscos de liquidez, definidos na Política de Gerenciamento Integrado de Riscos e Gerenciamento de Capital como (i) a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; ou (ii) a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A Distribuidora possui apetite baixo para risco de liquidez, e tem como costume alocar seu capital em ativos com liquidez diária, para reduzir o risco de não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, ou de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição. A Distribuidora atua somente na estruturação e administração de fundos fechados, de modo que não está exposta a risco de liquidez relacionado ao passivo dos fundos, que se constitui na base de cotistas dos fundos. Dessa forma, o apetite de riscos da instituição para

risco de liquidez é declarado como baixo, pois entende que a manutenção da liquidez é crucial para a continuidade e suficiência de capital da instituição.

Para mensurar e avaliar os riscos de liquidez, a Distribuidora se vale de simulações extremas de mercado (testes de estresse), baseados em análises de sensibilidade. A gestão dos riscos de liquidez verifica a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociados e passivos exigíveis e, portanto, descasamentos entre pagamentos e recebimentos, que possam afetar a capacidade de pagamento da Distribuidora, levando em conta as diferentes moedas e os prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

c. Risco operacional

A Distribuidora possui procedimentos para gerenciar o risco operacional, definidos como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas, sendo que estes riscos são agrupados em subcategorias, detalhadas na Política de Gerenciamento Integrado de Riscos e Gerenciamento de Capital.

Os procedimentos consistem na identificação dos riscos e na implementação de mecanismos de controles específicos para cada um, que incluem critérios de seleção de pessoal, diretrizes de segurança da informação delineadas em política própria, instalações físicas e lógicas de trabalho adequadas, programas de treinamento compreensivos, apólices de seguro empresarial, fiscalização de prestadores de serviço, sistemas especializados para atividades críticas e rotinas operacionais adequadas. A atividade de Auditoria Interna é terceirizada para uma empresa especializada com larga experiência em controles internos.

A Distribuidora também possui uma estrutura de governança de tecnologia da informação consistente com os níveis de apetite por riscos estabelecidos na RAS, além de possuir sistemas, processos e infraestrutura que asseguram integridade, segurança e disponibilidade dos dados e dos sistemas de informação utilizados; são robustos e adequados às necessidades e às mudanças do modelo de negócio, tanto em circunstâncias normais quanto em períodos de estresse; e incluem mecanismos de proteção e segurança da informação com vistas a prevenir, detectar e reduzir a vulnerabilidade a ataques digitais.

Para mensurar e avaliar os riscos operacionais, a Distribuidora se vale de simulações extremas de mercado (testes de estresse), baseados em análises de sensibilidade.

Foram desenvolvidas ações visando à implementação de estrutura de gerenciamento de risco operacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, que alcançam o modelo de gestão, o conceito, as categorias e a política de risco operacional, os procedimentos de documentação e o armazenamento de informações e os relatórios de gerenciamento do risco operacional, visando a diminuir ao máximo a possibilidade de fraudes e falhas relacionadas ao negócio, às pessoas e aos processos envolvidos, incluindo os riscos legais associados à inadequação ou à deficiência dos contratos firmados pela Distribuidora, bem como as sanções em razão do descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

d. Risco Socioambiental

A Distribuidora possui Política de Responsabilidade Socioambiental (“PRSA”), com a finalidade de reunir os princípios, diretrizes e recomendações de natureza socioambiental que norteiam as ações nos negócios e na relação com seus clientes, contrapartes, usuários dos produtos e serviços oferecidos pela Distribuidora, a comunidade interna à sua organização e as demais pessoas que sejam impactadas por suas atividades. A PRSA foi fundamentada nos princípios da relevância e da proporcionalidade, os quais consideram o grau de exposição ao risco socioambiental das atividades e das operações da empresa, bem como a compatibilidade da PRSA com a natureza da empresa e com a complexidade de suas atividades e de seus serviços e produtos.

As mudanças ambientais e sociais às quais as empresas estarão expostas nos próximos 20 anos trarão riscos e oportunidades na busca do desenvolvimento sustentável. Tendo isso em vista, a PRSA tem como seus principais objetivos:

- a) Assegurar o comprometimento sustentável da Distribuidora, levando em consideração o nível dos riscos sociais e ambientais aos quais ela está exposta e de complexidade de suas atividades, serviços e produtos;
- b) Estabelecer princípios e diretrizes que norteiam as atividades da Distribuidora com relação às ações de natureza socioambiental nos negócios e sua relação com as partes relacionadas, tais como os clientes e usuários de seus produtos e serviços, comunidade interna formada pelos colaboradores, comunidade externa formada pelos fornecedores e outras partes interessadas possíveis de serem impactadas por suas atividades;
- c) Estabelecer uma estrutura de governança adequada para a implementação das ações estratégicas através de processos internos que permitam identificar, avaliar, mitigar e prevenir riscos socioambientais inerentes às atividades e operações da instituição; e
- d) Incentivar, promover e ampliar medidas de boas práticas socioambientais, de forma a contribuir para o desenvolvimento sustentável.

Em cumprimento aos objetivos acima mencionados, a Distribuidora divulgará seu posicionamento perante as partes interessadas e fará avaliação periódica da eficiência da PRSA.

Análise de Sensibilidade

São considerados três cenários que refletem os movimentos das curvas de juros de mercado e das taxas de câmbio de moedas estrangeiras sobre as exposições contidas nas carteiras do Banco. Para cada cenário, consideram-se sempre os impactos negativos em cada fator de risco e desconsideram-se os efeitos de correlação entre esses fatores e os impactos fiscais.

Cenário (I): Choque paralelo de 10 pontos base (incremento ou redução) em todos os vértices das curvas de taxas de juros.

Cenário (II): Choque paralelo de 20% (incremento ou redução) em todos os vértices das curvas de taxas de juros.

Cenário (III): Choque paralelo de 30% (incremento ou redução) em todos os vértices das curvas de taxas de juros.

Carteira

	Cenários		
	I	II	III
Taxas de Juros			
Exposição de Juros	3.259	3.268	3.227
Exposição de Juros	(3.259)	(3.268)	(3.227)

15 Outras Informações

Desde o início da pandemia, a Distribuidora vem mantendo sua plena capacidade operacional e todas as ações tomadas vão de encontro às orientações do Ministério da Saúde. Diversas medidas foram tomadas pela Administração para proteção e suporte a seus colaboradores, mantendo a maioria dos colaboradores em trabalho remoto.

16 Passivos contingentes

A Distribuidora não é parte de processos ou discussões judiciais em 31 de dezembro de 2020 nem em 31 de dezembro de 2019.

17 Limite operacional (acordo de Basiléia)

As instituições financeiras têm que manter patrimônio líquido mínimo de 10,5% dos seus ativos, ponderados por graus de risco às exposições conforme regras e instruções do BACEN. A Distribuidora estava enquadrada nos limites de capital estabelecidos pelos normativos em vigor com um total de 18,06% em 31 de dezembro de 2020.

18 Resultado recorrente e não recorrente

A instituição não reconheceu resultados não recorrente no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

* * *

Vitor Guimarães Bidetti
Administrador
CPF: 064.631.608-73

Rodrigo Cereza Menocci
Contador
CRC 1SP291209/ O-3